

Memória e métricas nas proposições espaciais

Memory and metrics in spatial propositions

Memoria y métricas en las proposiciones espaciales

FARAH, Ana Paula. Doutora. Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Centro de Ciências, Exatas, Ambientais e de Tecnologia (CEATEC), Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ). ana.farah@puc-campinas.edu.br

MERLIN, José Roberto. Doutor. Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Centro de Ciências, Exatas, Ambientais e de Tecnologia (CEATEC), Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ). jmerlin@puc-campinas.edu.br

RESUMO

Este trabalho trata de questões projetuais nos casos em que uma nova proposição espacial esteja próxima de edifícios de valor patrimonial, buscando discutir diretrizes para o ato projetivo na elaboração de partidos arquitetônicos e urbanísticos. Objetiva enfatizar a importância da memória do lugar e das relações métricas preexistentes nos edifícios antigos circundantes como condicionantes do novo projeto, como forma de respeitar as rugosidades e cotejar relações espaciais que promovam o diálogo formal entre os novos e os antigos edifícios. Entende que este procedimento é uma forma de valorizar o ofício do profissional arquiteto e urbanista, além de erigir uma postura deontológica, na medida em que valoriza e preserva o patrimônio para futuras gerações. Para tal, foram buscados dados através de pesquisas bibliográficas, iconográficas e documentais verificando a importância da memória como catalizador cultural, observando espaços urbanos de valor patrimonial e apresentando desenhos que elucidam a proposição em tela.

PALAVRAS-CHAVES: memória, relações métricas, projeto.

ABSTRACT

This work is studying cases where space propositions are closed to heritage buildings to discuss guidelines for the projective act in the elaboration of architectural and urbanistic parties. It aims to emphasize the importance of the memory of the place and the preexisting metric relations in the surrounding ancient buildings as conditioners of the new project, as a way of respecting the old marks in construction and comparing spatial relations that promote the formal dialogue between the new and the old buildings. He understands that this procedure is a way of valuing the office of the professional architect and town planner, in addition to erecting a deontological stance, insofar as it values and preserves the patrimony for future generations. For this purpose, data were searched through bibliographical, iconographic and documentary research, verifying the importance of memory as a cultural catalyst, observing urban spaces of patrimonial value and presenting drawings that elucidate the proposition on screen.

KEY WORDS: memory, metric relations, design.

RESUMEN

El propósito de este trabajo es tratar de cuestiones de diseño en los casos en que la nueva proposición espacial esté cerca de edificios de valor patrimonial buscando discutir directrices para el acto proyectivo en la elaboración de partidos arquitectónicos y urbanísticos. El objetivo es enfatizar la importancia de la memoria del lugar y de las relaciones métricas preexistentes en los edificios antiguos circundantes como condicionantes del nuevo proyecto,



PROJETAR
GRUPO DE PESQUISA EM
PROJETO DE ARQUITETURA
E PERCEPÇÃO DO
AMBIENTE



como forma de respeitar las rugosidades y cotejar relaciones espaciales que promuevan el diálogo formal entre los nuevos y los antiguos edificios. Entiende que este procedimiento es una forma de valorizar el oficio del profesional arquitecto y urbanista, además de erigir una postura deontológica, en la medida en que valora y preserva el patrimonio para futuras generaciones. Para ello, fueron buscados datos a través de investigaciones bibliográficas, iconográficas y documentales verificando la importancia de la memoria como catalizador cultural, observando espacios urbanos de valor patrimonial y presentando dibujos que elucidan la proposición en tela.

PALABRAS CLAVE: memoria, relaciones métricas, proyecto.

1 INTRODUÇÃO

Este texto pretende tratar de duas concepções fundantes associado à memória e as métricas vinculadas aos ritmos, as composições, as simetrias, às apropriações e a outros elementos permanentes da arquitetura. Procura mostrar a importância destas duas variáveis no processo de produção de espaços e na definição de partidos ou métodos incisivos nas formas de atuar, buscando fazer reflexões acerca do ofício da arquitetura, enfatizando especialmente os modos de atuação em lugares que abrangem edifícios de valor histórico que, portanto, devem ser respeitados como portadores da cultura nas intercorrências nas paisagens.

O objetivo do trabalho é discutir questões que buscam o aprimoramento das proposições espaciais buscando conhecer variáveis que aperfeiçoa as ações dos arquitetos, refletindo sobre aspectos e parâmetros que influenciam diretamente na qualidade dos ambientes projetados. Para tal, foram feitas pesquisas bibliográficas, documentais e iconográficas tomando como objeto de estudo meios urbanos em cidades de porte e com tradição histórica, procedendo as observações nas análises de conteúdo das obras e pesquisas de bases teóricas, procurando aprofundar questões relativas ao ato projetivo em algumas de suas dimensões.

2 REFLEXÕES SOBRE A MEMÓRIA

O conceito e a palavra memória são bastante polissêmicos. Assim, abordaremos este conceito, descrevendo pensamentos de alguns autores relevantes às práticas do campo disciplinar do restauro, para entender a complexidade e a necessidade do estudo desse tema de forma mais profunda atualmente.

A memória é algo imaterial, entretanto pelo viés da arquitetura, pode aparecer saliente em algumas materialidades (rugosidades) destacando nossa identidade, tanto individual quanto coletiva. Torna-se assim, uma ferramenta de registro, permanência, depósito de informações, (re)conhecimento, síntese de



ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



experiências e recordações, de um indivíduo ou de um grupo social. É um forte elemento de transição entre presente e passado, condicionador de utopias para futuro. Deve ser o testemunho de algo real e verdadeiro em sua origem, oferece o relato do passado, exerce uma responsabilidade de enraizar-nos no presente e transportar-nos para a construção do futuro.

O Congresso Internacional Patrimônio Histórico e Cidadania, promovido pelo Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo, em 1991, resultou na publicação “O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania” (SÃO PAULO, 1992), que reúne vários artigos de pesquisadores do campo, apresentando algumas colocações pontuais para o entendimento do conceito de memória que versam sobre o patrimônio histórico.

Um dos artigos mais importantes para o entendimento entre Memória e Patrimônio, é estabelecido pelo Prof. Edgar Salvadori de Decca: Memória e Cidadania (DECCA,1992, p.129-136). Esclarece, de fato, as questões relacionadas Memória-História, principalmente os conceitos ditados por Pierre Nora (1984) em sua célebre publicação *Lês Lieux la Mémoire*. Afirma que o indivíduo contemporâneo tem, de fato, a consciência do rompimento com o passado e a persistência inerente à relação de continuidade entre o presente e o passado – o que denuncia que a conservação da memória se torna cada vez mais residual.

A memória é a vida, sempre guardada pelos grupos vivos e em seu nome, ela está em evoluções permanente, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todas as utilizações e manipulações, suscetível de longas latências e de súbitas revitalizações (NORA,1992, p.130).

A memória é algo do presente que tem suas condicionantes no passado e está sempre em contínua mutação, sempre dinâmica, como aponta também Meneses (1992, p.9-23), sendo o presente que faz a ligação entre a vivência do passado com o tempo atual. Segundo Nora, a memória é um absoluto, deve-se entendê-la como algo infinito que necessita de continuidade e permanência no tempo para que haja legitimação dos seus suportes, sem haver uma progressiva perda das referências coletivas do passado.

A memória se acomoda nos detalhes que a conformam: ela se nutre de lembranças vagas, telescópicas, globais e flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a toda transferência, censura ou projeção... A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem e no objeto (NORA, 1992, p.130).

A História, por sua vez, é uma narrativa de determinado acontecimento no presente e o faz através de seleção dos fatos. É uma representação, a reconstrução incerta e não completa daquilo que não existe mais – o passado. Pierre Nora descreve que a memória é um absoluto e a história é relativa, que trabalha na base de julgamento de valores, que por sua vez é “destruidor da memória espontânea, donde sua verdadeira missão é a de destruí-la e de rechaçá-la” (NORA,1992, p.131). Segundo Meneses (1992, p.21), esta visão de Nora é cética e limitada.



ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



Cássia Magaldi (1992, p.21-24) traz a luz e a atenção para cidade – a identificação da urbis –, como um organismo vivo em permanente transformação e construção, que deve ser pensado em uma estrutura que se realiza “todas as espécies de atividades e ações humanas espacialmente concentradas”. A construção de uma memória, seja histórica ou coletiva, passa pelo juízo do próprio passado como sendo inferior ao presente. Passado esse que, atualmente, não temos referências para julgá-lo e, portanto, não temos instrumentos para o suporte da memória que faz parte da identidade da sociedade.

Magaldi (1992) cita o Manifesto de Amsterdam de 1975, que descreve que “nós sabemos que a preservação da continuidade histórica, no meio urbano ou rural, é essencial para a manutenção ou criação de um quadro de vida, que permite ao homem encontrar sua identidade, e provar um sentimento de segurança em face às mudanças brutais da sociedade” (MAGALDI, 1992,p.22). Esse binômio Memória e Preservação, contudo, compreende que a preservação só se concretiza, mediante o somatório da identidade cultural (do qual, devemos a memória, seja ela qual for) e da qualidade de vida, que enfatiza a importância em entender a preservação como ideia de planejamento urbano.

Maria Célia Paoli (1992, p.25-28) aponta que o sentido das palavras memória, história, patrimônio e passado, não têm um ponto de vista absoluto e são distintos entre si, porém deriva-se de uma cultura plural e conflitante. Nesse sentido, a cultura predomina no espaço que circunda o patrimônio histórico – aqui entendido no sentido amplo de sua conceituação. Ainda hoje, se tem a visão errônea de patrimônio histórico como a imagem congelada do passado, quando deveria ser a imagem de um passado vivo, que por sua vez, está intimamente ligado às questões voltadas à memória coletiva de objetos, fatos, monumentos, dignos de preservação porque fazem parte de signos coletivos em sua diversidade (PAOLI, 1992, p.25).

Observa-se atualmente, que apesar do conhecimento do campo disciplinar do restauro já estar amadurecido com aproximadamente dois séculos de discussões, ainda há relutância em relação às questões voltadas à preservação do patrimônio histórico conferir-lhe juízos de valores. Verifica-se que a inter-relação entre os vários campos do saber em relação a memória, a história e a cidadania explicitam a identidade de uma determinada sociedade, ponto crucial para a transmissão de conhecimento e suporte da memória coletiva. Dessa forma, afeta a apreensão da realidade e a transmissão do legado da geração passada para a presente e futura.

Ecléa Bosi versa sobre as narrativas orais dos cidadãos paulistas e descreve umas das premissas para a preservação do patrimônio edificado e urbano: “uma história de vida não é feita para ser arquivada ou



guardada numa gaveta como coisa, mas ela existe para transformar a cidade onde ela floresceu” (BOSI, 1992, p.145-149), isto é, a cidade tem que ser entendida e preservada em sua totalidade.

Nora (1992, p.130) entende a memória como algo vivo, o qual tem que ser preservada, pois vive numa constante e permanente dialética de lembranças e de esquecimentos. O espaço da cidade seria dotado da capacidade de exprimir a condição do indivíduo no mundo em que a memória retira sua seiva privilegiando lugares específicos.

Por todas estas posturas autorais acrescentamos outras tantas para compreender o conceito de memória, no que tange as questões do patrimônio, para nos transportar ao entendimento que esse patrimônio – edificado e urbano – é o ente conservador da memória e do espaço e, conduz aos lugares de memória (conforme Pierre Nora) que considera o espaço físico como o suporte à formação da memória coletiva. A memória necessita de um ambiente construído como peça fundamental para a constituição da memória coletiva, de forma a propiciar o indivíduo a possibilidade de um processo de identificação e de reconhecimento.

Pierre Nora (1993) é cético em afirmar que a memória não mais existe. A História e a Memória são distintas, porém, utilizam do mesmo objeto – o passado, cuja percepção não garante que seja verdadeiramente ligado ao passado, o que permite dizer que o passado é um processo contínuo de construção que não está morto (ARÉVALO, 2005).

A memória coletiva é a história viva e vivida de um determinado grupo social, permanecendo no tempo em constante renovação, transformada em memória quando esse grupo convive afetivamente. Exemplificando, se no presente, esse grupo não se lembra – mesmo que ainda pertença fisicamente a um determinado lugar – ele não faz apenas parte desse conjunto de indivíduos, pois o que evidencia a memória é a noção de pertencer emocionalmente. Diante disso, perpassa que uma sociedade só se mantém viva por meio do pertencimento afetivo da sua própria memória (D’ALLESSIO, 1993, p.99).

Meneses (1992) ao problematizar a relação entre a História e a Memória no trato dos bens culturais, esclarece que a História e a Memória são distintas, mas auferem o mesmo objeto – o passado – porém com visões distintas, tidas como constituições do presente em contínuo questionamento devido as constantes inquietações culturais e temporais. É uma ação mutante e contínua de construção e não há como resgatá-la, pois, isso se torna algo ilusório, visto que, o trabalho que se faz como forma de fixá-la e assegurá-la conduzem a um caráter fluido e mutável. Portanto, compreendemos que História e Memória são instrumentos da preservação, Meneses (1992, p.12) afirma que somente a “memória não dá conta do passado”, visto que muito mais do que as nossas próprias experiências e vivências, todo esse

conhecimento adquirido exige um estranhamento e um distanciamento para entendê-la no presente e principalmente no futuro. Está implícito que, com a falta desse conhecimento, a falta de visão crítica e o descompromisso na abordagem delineada, pode acarretar danos irreversíveis na leitura do passado pelo presente, que podem falsear atitudes para a construção das futuras gerações.

2 SOBRE AS MÉTRICAS QUE COMPÕEM OS ESPAÇOS HISTÓRICOS.

Com o advento do movimento moderno em arquitetura, houve uma profunda transformação na linguagem espacial que buscou abandonar o diálogo com o contexto e o cancelamento das relações históricas. O edifício estava sendo considerado uma máquina urbana e precisava da afirmação de uma nova identidade, baseado em novas tecnologias e diferentes formas de habitar. Tais posturas levaram a adoção de um processo de tábula rasa no lugar onde iria ser implantado o novo edifício, destruindo todas as marcas do passado e suas rugosidades que testemunhavam os eventos pregressos.

A partir de meados do século XX, começaram intensas críticas a essas posturas e, em 1964, houve um encontro que resultou na Carta de Veneza. Este documento defendia processos ligados à preservação do patrimônio arquitetônico em contraponto as preceptivas do movimento moderno.

No Brasil, a partir de 1994, foi determinado no currículo mínimo para a formação de arquitetos e urbanistas as questões relacionadas ao patrimônio, que se tornaram obrigatórias nas grades curriculares. Dessa maneira, iniciaram-se inúmeras pesquisas visando entender melhor a questão do campo do restauro, o que dá suporte a nossa proposição.

Inúmeros conselhos foram formados nos âmbitos federal, estaduais e municipais e muitas publicações começaram a surgir, dentre as quais poderíamos destacar a “Alegoria do Patrimônio” de Francoise Choay e mais recentemente, uma tese de doutoramento de Anna Maria Ciabatta nominada “La Modernità Nei Tessuti Storici: Gardella, Meier e Terragni”, elaborada na Universidade de Catânia, na Itália. Este último trabalho, avança significativamente na busca de caminhos mais talhados para uma ação profissional fortalecedora do ofício do arquiteto.

O trabalho de Ignazio Gardella na Casa Zattere , em Veneza, representa um dos exemplos mais bem sucedidos nas vinculações contextuais, buscando uma relação dialógica com todo o entorno, a partir de análises gráficas dos edifícios preexistentes, cuja atenta pesquisa acabou descobrindo os módulos subjacentes existentes nas plantas e fachadas dos edifícios, com base na composição plástica do novo edifício, do qual foi criada uma regra e um processo de conduta no andamento das proposições do projeto.



Figura 1: Inclusão da Casa Zattere no horizonte de Veneza e análise do sistema de modulação.

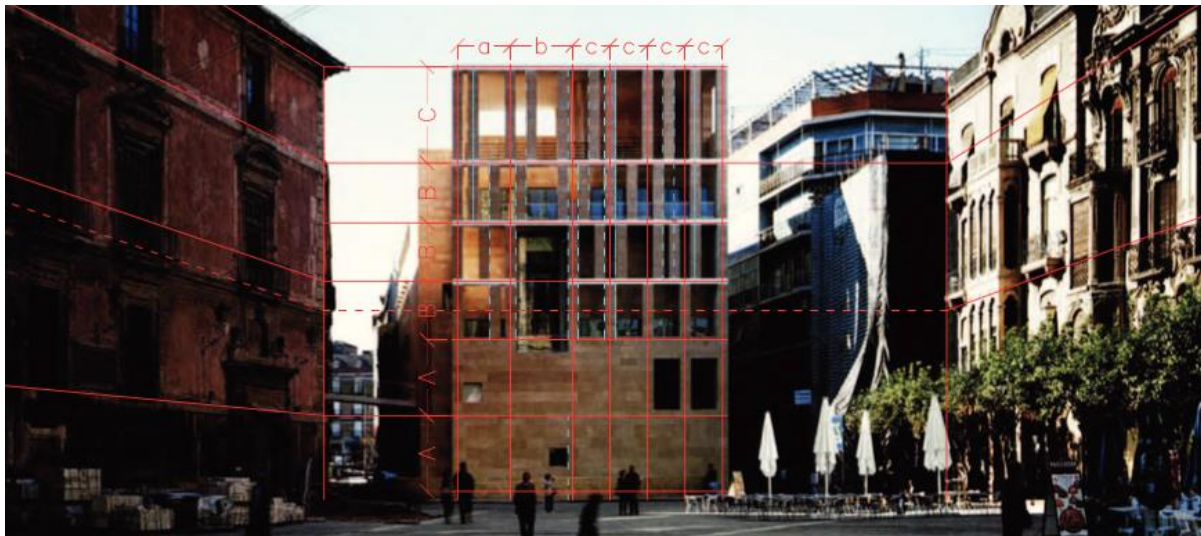


Fonte: Análise elaborada por CIABATTA, Annamaria. *La modernità nei tessuti storici: Gardella, Meier, Terragni*. Dottorato di Ricerca in Progetto Architettonico ed Analisi Urbana. Università degli studi di Catania. Facoltà di Architettura di Siracusa, 2012. p. 114.

Outro exemplo significativo de produção espacial contemporânea em ambiente consolidado historicizado, como é possível ser observado na Praça Belluga, Município de Murcia, Espanha, no projeto da Sede do Município, de autoria de Rafael Moneo, considerado como legado linguístico, a partir das proposições de Gardella, em Veneza. É a praça mais importante do centro histórico da cidade, por comportar a presença da sede do poder civil – “Ayuntamiento” de Murcia – e do poder religioso em sua frente – a Catedral Gótica Santa Maria.

Devido à diversidade rítmica das aberturas dos edifícios que compõem a praça, de diversos tempos e estilos, o arquiteto interpretou a preexistência das aberturas para fazer uma composição, usando cores e texturas inspiradas no entorno, além de processos de composição formal que valorizam as visuais da Prefeitura para a Catedral, obedecendo um complexo quadro de ritmos, refletidos na fachada do edifício da sede do poder civil.

Figura 2: Traçado da Praça Belluga com análise das relações de proporcionalidade com o entorno.



Fonte: Análise elaborada por CIABATTA, Annamaria. *La modernità nei tessuti storici: Gardella, Meier, Terragni*. Dottorato di Ricerca in Progetto Architettonico ed Analisi Urbana. Università degli studi di Catania. Facoltà di Architettura di Siracusa, 2012. p. 129.

Assim, as aberturas, as texturas, as cores, as formas e o respeito à altura dos edifícios antigos são respeitados, através de traçados que partem do entorno, procurando colocar o tempo como quarta dimensão da arquitetura.

No piso da praça, também foram marcadas linhas que orientam os pontos focais do espaço, assim como as aberturas que buscaram o enriquecimento do projeto, por meio de eixos visuais, promovendo grandes aberturas na fachada do edifício da prefeitura, valorizando a vista para a Catedral Gótica de Santa Maria.

Figura 3: Vista da Prefeitura para a Catedral



Fonte: Foto por CIABATTA, Annamaria. *La modernità nei tessuti storici: Gardella, Meier, Terragni*. Dottorato di Ricerca in Progetto Architettonico ed Analisi Urbana. Università degli studi di Catania. Facoltà di Architettura di Siracusa, 2012. p. 127.

Este projeto tem a qualidade de promover um diálogo contextual entre o novo e o antigo, evidenciado a relação visual entre duas arquiteturas diferentes, que apresentam algo em comum, sem mimetizar o antigo e harmonizando estilos distintos, compatibilizando-os sem perverter as respectivas linguagens, preservando o estrato de toda memória construída.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História nasce da Memória, que por sua vez, a torna objeto da História. A História é uma construção do presente, elaborada a partir da narrativa, com distanciamento crítico dos fatos e dos acontecimentos, pautados num processo que implica em um rigor metodológico, essencial para as ciências humanas.

É inerente aos espaços contarem a história e revelarem a memória da civilização que os produziram. Os espaços e os edifícios são verdadeiros documentos, informativos e formativos que contém possibilidades

educadoras infinitas. Porém, isto só ocorre se houver leitura adequada, por parte da comunidade e arquitetos com competência e discernimento no ofício, tratando os edifícios como materialidade e como linguagem. Esta é um axioma comprovado pela UNESCO, que tem pesquisado, desde 1970, a cidade como possibilidade educadora, tendo ajudado a fundar a Associação Internacional das Cidades Educadoras- AICE- em Barcelona, 1990. Hoje, esta associação está presente em 483 cidades de 34 países e dispõe de um *modus operandi* estruturado em um manual de vinte princípios que parametrizam ações educadoras em todos os atos das gestões municipais.

A arquitetura como geradora do meio urbano pode contribuir muito para este processo educador, agindo no sentido de relembrar eventos pregressos acontecidos no lugar, mitigando o que Meneses (1992, p.16) têm chamado de amnésia social.

Estas lembranças de fatos e eventos, passíveis de serem materializadas pelo espaço urbano, desenvolvem o senso de pertencimento e enraízam o sentimento de cidadania, através da memória. Relações métricas ao fazerem associações formais entre o novo e o antigo, incitam a sensibilidade ao promover diálogos subjacentes entre os edifícios, dilatam nosso repertório sensorial, despertando a educação pelo viés da arte.

4 REFERÊNCIAS

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. *Lugares de Memória ou a Prática de Preservar o invisível através do concreto*. 2005. Disponível em https://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=7. Acesso em 13 abril 2018.

BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistas. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direto à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992. p. 145-149.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CIABATTA, Annamaria. *La modernità nei tessuti storici: Gardella, Meier, Terragni*. Dottorato di Ricerca in Progetto Architettonico ed Analisi Urbana. Università degli studi di Catania. Facoltà di Architettura di Siracusa, 2012. Disponível em <<http://archivia.unict.it/handle/10761/1231> > acesso 10.nov.2017.

D'ALLESSIO, Márcia Mansor. *Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 13, n.º 25/26, set92/ago93. p. 97-103.

DECCA, Edgar Salvatori de. Memória e Cidadania. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direto à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992. p. 129-136.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais*. In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, 1992. p. 9-23.

ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E
POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



MAGALDI, Cássia. O Público e o Privado: Propriedade e Interesse Cultural. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992. p. 21-24.

NORA, Pierre. *Les Lieux de la mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

PAOLI, Maria Célia. Memória, História e Cidadania: o direito ao passado. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992. p. 25-28.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO. *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH, 1992.



PROJETAR
GRUPO DE PESQUISA EM
PROJETO DE ARQUITETURA
E PERCEPÇÃO DO
AMBIENTE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



ARQUITETURA E URBANISMO - UFRPR



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PLANEJAMENTO URBANO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ



**UNIVERSIDADE
POSITIVO**